

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Hudson Shiguer Kinashi**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1230/2020-PGJ, DE 13.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, publicada no DOMP nº 2106, de 5.12.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
13 (18h01min) a 20.4.2020 (7h59min)	Gilberto Robalinho da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
13 (18h01min) a 20.4.2020 (7h59min)	Lucienne Reis D'Avila

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1235/2020-PGJ, DE 14.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcelo Ely licença para o trato de interesse particular, pelo prazo de um ano, a partir de 13 de abril de 2020, nos termos dos artigos 139, inciso IV, e 152, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ainda dos artigos 6º, inciso II, 28, § 3º, e 82, inciso IX, todos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/1337/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1237/2020-PGJ, DE 14.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 7.5, 3 e 4.6.2017, a serem usufruídos no período de 13 a 15.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1238/2020-PGJ, DE 14.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de São Gabriel do Oeste, Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 13 a 15.4.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1243/2020-PGJ, DE 14.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1135/2020-PGJ, de 31.3.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de abril de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
15 (18h01min) a 22.4.2020 (7h59min)	7ª	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
15 (18h01min) a 22.4.2020 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1216/2020-PGJ, DE 13.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Allan Thiago Barbosa Arakaki	30	1º a 30.4.2020
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	30	9.6 a 8.7.2020
Fernando Martins Zaupa	30	16.3 a 14.4.2020
George Zarour Cezar	30	5.3 a 3.4.2020
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	15	1º a 15.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1213/2020-PGJ, DE 13.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 19/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/0753/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1224/2020-PGJ, DE 13.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Sandra Maria Albino de Souza Garcia abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 17.1.2020, nos termos dos artigos 72 e 75 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/0677/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14 HORAS.**

**2. Ordem do dia:****2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Julgamento de Procedimento:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004173-2**

Assunto: Interrogatório, nos termos do art. 101, *caput*, e seguintes da Resolução nº 003/2012/CSMP, de 18.12.2012.

Advogado: André Borges – OAB/MS 5.788

**Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

**AVISO Nº 19/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000743-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL e o município de Rio Brilhante/MS - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados ao córrego Areias, consistente no lançamento de dejetos, sem o devido tratamento, no curso do córrego provenientes de redes de esgotos inacabadas e com ligações clandestinas na Avenida Augusto Lopes esquina com a Rua Nenê Venâncio, entrada do bairro Pró-Moradia XIV, neste município de Rio Brilhante/MS.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001019-7** - 10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas por servidores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, notadamente quanto a falta de cumprimento de carga horária. **Advogado: Roaldo Pereira Espíndola, OAB/MS nº 10.109.**
- 3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001327-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul e o município de Ponta Porã - Assunto: Investigar as condições sanitárias, estrutural e a observância das normas de proteção e prevenção contra pânico e incêndio do Estádio Municipal Aral Moreira, em Ponta Porã/MS. **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**
- 4) Inquérito Civil nº 06.2017.00002138-3** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Anastácio - Assunto: Apurar suposta ocorrência de falha no atendimento na ESF Umbelina, no município de Anastácio.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2017.00002360-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 24 47.118, S 20 58 12.023, em razão da supressão de 2.9989 hectares de vegetação nativa.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000289-0 (Sigiloso)** - 3ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Coxim. (IC nº 001/2014, migrado para o SAJMP).
- 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000677-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Cavalcante, Supermercado Sol - Assunto: Apurar a ilegalidade e irregularidade do contrato nº 41/2001 (Pregão nº 07/2011) celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Mundo Novo e o Supermercado Sol Ltda., conforme decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TC nº 4010/2011). (IC nº 09/2016, migrado para o SAJMP).
- 8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000792-0** - 76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS - Assunto: Implantação do ponto eletrônico biométrico de frequência e pontualidade dos médicos do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2018.00000815-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar irregularidades e/ou atrasos no fornecimento do medicamento pela secretaria municipal de saúde e eventual ato de improbidade administrativa decorrente do descumprimento de ordens judiciais que assim obrigam o Município. (IC nº 37/2012, migrado para o SAJMP). **Advogado e Procurador do Município: Flávio Garcia da Silveira, OAB/MS nº 6.742.**
- 10) Inquérito Civil nº 06.2018.00000911-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: N & A Informática Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de software da pessoa jurídica de direito privado N&A Informática Ltda., pelo Município de Ribas do Rio Pardo e eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002029-9** - 2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Escolas Particulares no município de Sidrolândia - Assunto: Verificar condições de acessibilidade nos prédios das Escolas Particulares do Município de Sidrolândia/MS. (IC nº 10/2016/2ªPJS, migrado para o SAJMP).
- 12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002605-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul e a Sanesul - Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar a responsabilidade do município de Novo Horizonte do Sul e da empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A - SANESUL na implantação da rede de esgoto neste

Município. (IC nº 06/2014, migrado para o SAJMP). **Advogados: Altamiro Ale, OAB/MS nº 4.537, Ana Karina de Oliveira e Silva Merlin, OAB/MS nº 10.733 e outros.**

**13) Inquérito Civil nº 06.2018.00002891-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo Presidente da Câmara Municipal de Deodápolis/MS e pelo servidor Antonio Ferreira de Carvalho, consistente no pagamento e recebimento de gratificações irregulares a este último.

**14) Inquérito Civil nº 06.2018.00002893-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual omissão, por parte da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, quanto a fiscalização relativa as posturas municipais e a respectiva arrecadação.

**15) Inquérito Civil nº 06.2018.00003405-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio. (IC nº 11/2013-PJCAN, migrado para o SAJMP).

**16) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000215-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível desvio de verba pública, consistente em pagamento de serviço não prestado à Administração Pública e emissão de "nota fria" na Câmara Legislativa Municipal de Nova Alvorada do Sul.

**17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000310-5** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Flávio Pereira Guimarães e outros - Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de atos de improbidade administrativa pelo atual comandante do 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar, em razão da suposta utilização irregular de viaturas e pessoal para fins particulares. **Advogados: Douglas Patrick Hammarstrom, OAB/MS nº 20.674 e outros (CFH Advogados).**

**18) Inquérito Civil nº 06.2019.00000483-7** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - Assunto: Apurar o aumento exagerado nas tarifas de energia elétrica praticadas pela concessionária ENERGISA a partir de dezembro de 2018, em Dourados/MS. **Advogados: Ernesto Borges Neto, OAB/MS nº 6.651-B e outros (ERNESTO BORGES Advogados).**

**19) Inquérito Civil nº 06.2019.00000700-1 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**20) Inquérito Civil nº 06.2019.00000767-8** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Fátima do Sul - Assunto: Apurar a suposta omissão do município em relação ao funcionamento dos Centros de Educação Infantis de Fátima do Sul (CEIMs), tendo em vista redução da carga horária.

**21) Inquérito Civil nº 06.2019.00000912-1 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**22) Inquérito Civil nº 06.2019.00000963-2 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**23) Inquérito Civil nº 06.2019.00001081-7 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**24) Inquérito Civil nº 06.2019.00001219-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Emerson Canzi - Assunto: Apurar armazenamento irregular de agrotóxicos no interior da fazenda Santa Virginia, em área arrendada por Emerson Canzi. **Advogada: Nina Negri Schneider, OAB/MS nº 10.286.**

**25) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001307-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo - Assunto: apurar eventuais ilegalidades havidas na Chamada Pública nº 001/2019 - Processo nº 001/2019 realizada pelo município de Ribas do Rio Pardo.

**26) Inquérito Civil nº 06.2019.00001388-0 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**27) Inquérito Civil nº 06.2019.00001634-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Milton Spósito Prado - Assunto: Apurar irregularidades ambientais no sítio Carajá Cue. **Advogado: Marivaldo Coan/ OAB/MS nº 8.664.**

**28) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001666-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na data do pleito do Conselho Tutelar de Anastácio de 2019.

**29) Inquérito Civil nº 06.2019.00001707-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada

do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nelson Oliveira Rosa - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do desmatamento de 18,29 hectares em áreas de vegetação Ciliar - Aluvial (FA), na propriedade rural Chácara São José inscrita sob o n. CAR/MS00026993 no município de Nova Alvorada do Sul-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 398/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017.

**30) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001755-4** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Navarro, Giordano, Bruno e Cia. Ltda. (Bada Bar) - Assunto: Apurar e tomar providências em relação a irregularidade de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou mobilidade constatada no “Bada Bar”.

**31) Inquérito Civil nº 06.2017.00001014-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no repasse de auxílio financeiro, pela Administração Pública Municipal, ao Clube de Futebol URSO (União Recreativa Social Olímpica). (PP nº 01/2017, migrado para o SAJMP).

**32) Inquérito Civil nº 06.2019.00001664-4** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Água Guariroba S/A - Assunto: Apurar suposta ineficiência da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Los Angeles, bem como o suposto odor fétido que extrapolaria os limites da propriedade.

Campo Grande, 14 de abril de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

## SECRETARIA-GERAL

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2020-SEG/MPMS, DE 14 DE ABRIL DE 2020.**

Estabelece procedimentos relativos a prestação de serviços no âmbito do Ministério Público Estadual durante a pandemia do COVID-19.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Resolução nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Crise - COVID-19, bem como a instituição do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e

CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº 1217/2020-PGJ, de 13.4.2020 que prorrogou até o dia 30 de abril de 2020, o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), que consiste nas providências urgentes, excepcionais e temporárias previstas na Resolução nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, como medidas de prevenção e contenção do contágio pela COVID-19;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam prorrogadas até o dia 30 de abril de 2020, as disposições constantes na ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2020-SEG/MPMS, de 14 de abril de 2020.

Art. 2º Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/0586/2020.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado anual: R\$ 208.176,63 (duzentos e oito mil cento e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000155, de 13 de abril de 2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Despesa com contratação de empresa para prestação de serviços especializados e exclusivos de suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002.

Justificativa: A empresa Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar, prestar serviço de manutenção, consultoria e assistência técnica em todo o território nacional do programa para computador SisSoft2002.

Ratifica: **Paulo Cezar dos Passos**, Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande/MS, 13 de abril de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00000496-0**

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/32.<sup>a</sup> PROMOTORIA DE JUSTIÇA

REQUERIDOS: Município de Campo Grande

SESAU-Secretaria Municipal de Saúde.

SEMADUR- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana.

AGEREG- Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos.

AGETTRAN- Agência Municipal de Transporte e Trânsito.

Consórcio Guaicurus.

RECOMENDAÇÃO 0006/2020/32PJ/CGR

*Recomenda ao Município de Campo Grande, SEMADUR, SESAU, AGETTRAN, Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos e Consórcio Guaicurus a adoção de medidas para cumprimento das medidas de enfrentamento à COVID-19 no âmbito da prestação do serviço público de transporte coletivo municipal.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n.º 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n.º 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.080/90, em seu art. 18, preconiza que à Direção Municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete *planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde; e gerir e executar os serviços públicos de saúde;*

CONSIDERANDO a atribuição desta 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça, conforme o artigo 10, I, “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010, para fiscalizar o cumprimento da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, no âmbito dos serviços de saúde, *notadamente as execuções das atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica e farmacêutica;*

CONSIDERANDO a Declaração de *Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)* pela Organização Mundial da Saúde em 30/01/2020, em virtude do surto do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, pela qual o Ministério da Saúde declarou a situação de *Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)*, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), haja vista que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública; bem como exige *resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas da gestão do SUS*;

CONSIDERANDO que, por ser altamente contagioso, e ter se tornado um grave problema de saúde pública mundial, no dia 11/03/20, a Organização Mundial da Saúde classificou como uma “PANDEMIA” a infecção ocasionada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), cobrando uma ação dos governos compatível com a extrema gravidade da situação a ser enfrentada, para evitar o aumento substancial e repentino de demanda de casos e o colapso dos sistemas de saúde no âmbito local, com consequente impossibilidade de assistência concomitante a todos os enfermos;

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000657-9, instaurado em 07/02/2020 nesta Especializada, com objetivo de *"acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Campo Grande para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020"*;

CONSIDERANDO o Inquérito Civil n. 06.2020.00000496-0, instaurado nesta 32ª Promotoria de Justiça para *"apurar o funcionamento irregular do transporte público no Município de Campo Grande, referente ao descumprimento às normas sanitárias excepcionais restritivas no período de emergência em saúde pública decorrente da COVID-19 /coronavírus"*;

CONSIDERANDO os Planos de Contingência Nacional, com a definição das estratégias de atuação nacional; os Planos de Contingência Estadual e Municipal para o enfrentamento à Pandemia de COVID-19, bem como as demais diretrizes do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, para subsidiar a atuação integrada de gestão da saúde em todas as esferas de Direção do SUS;

CONSIDERANDO que, face a gravidade da situação atual instalada no país, foi decretada "a ocorrência do Estado de Calamidade Pública", por meio do Decreto Legislativo n. 06, publicado no Diário Oficial da União de 20/03/2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 15.396, de 19 de março de 2020, que declara, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, Situação de Emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0);

CONSIDERANDO o reconhecimento da ocorrência do *Estado de Calamidade Pública* neste Estado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Legislativo nº 620, de 20/03/2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê as seguintes medidas de saúde pública para diminuição da transmissão de doenças infecciosas sem vacina ou tratamento farmacológico específico, recomendando a sua adoção em relação à COVID-19: *proibição de grandes aglomerações; fechamento de escolas e outras medidas; restrições de transporte público e/ou de locais de trabalho e outras medidas; quarentena e/ou isolamento*;

CONSIDERANDO que o Município de Campo Grande, por meio do DECRETO MUNICIPAL N. 14.195, DE 18/03/2020, declarou *Situação de Emergência* e definiu diversas medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19, com restrição e/ou alteração do funcionamento de serviços públicos e privados, inclusive serviços de saúde não urgentes, visando reduzir a circulação de pessoas e aglomerações que possam replicar a contaminação sucessivamente para toda a comunidade, com potencial riscos de rápida disseminação da doença na população. Em relação ao transporte coletivo municipal, no art. 15, determinou à Agência Municipal de Transporte e Trânsito (AGETTRAN) deverá tomar as medidas necessárias para:

- fixação de informativos nas garagens e pontos de ônibus acerca das medidas a serem adotadas pelos trabalhadores e usuários visando sua proteção individual, a cargo da concessionária do respectivo serviço público;
- adequação da frota de ônibus em relação a demanda;
- divulgação de mensagens sonoras de prevenção nos terminais;
- disponibilização de espaço nos terminais para que agentes de saúde possam oferecer informações aos usuários;
- limpeza e higienização total dos ônibus, em especial nos pontos de contato com as mãos dos usuários, e também do ar condicionado, a cargo da concessionária do respectivo serviço público;
- orientação para que os motoristas e cobradores higienizem as mãos a cada viagem;
- higienização dos veículos de transporte individual de passageiro, periodicamente durante o dia, a cargo da concessionária do respectivo serviço público.

CONSIDERANDO o art. 175 da Constituição Federal, que *"incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos"*; e tendo em vista o art. 6º da Lei n. 8.987, de 13/02/1995 (Lei Geral das Concessões), segundo a qual *"toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato"*; definindo que *"serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas"*;

CONSIDERANDO que a LEI COMPLEMENTAR N. 148, de 23/12/2009 (CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL), em decorrência das investigações epidemiológicas, a autoridade sanitária competente poderá tomar medidas pertinentes podendo, inclusive, ser providenciado o fechamento total ou parcial de estabelecimentos, centros de reunião ou diversão, escolas, creches e quaisquer locais abertos ao público, durante o tempo julgado necessário pela referida autoridade, em consonância com a legislação vigente;

CONSIDERANDO que o Código Sanitário Municipal considera *"infração sanitária, para fins deste Código e de suas normas técnicas, a desobediência ou inobservância ao disposto nas normas legais e regulamentos que, por qualquer forma, se destinem à prevenção, promoção, preservação e recuperação da saúde"* (art. 130); estabelece que *"o resultado da infração sanitária é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu"*, considerando-se *"causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido"* (art. 131, §1º); sendo ainda, *"circunstâncias agravantes"* *"se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo"*;

CONSIDERANDO que, ainda nos termos do Código Sanitário Municipal, *"a saúde é um direito fundamental do ser humano, sendo o dever do Município"* provê-la; ademais, *o dever do estado não exclui o da família, das pessoas jurídicas de direito público e privado e da sociedade"*;

CONSIDERANDO que o Código Sanitário Municipal *incumbe ao MUNICÍPIO*, precipuamente, *"zelar pela prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde e do bem-estar físico, mental e social das pessoas e da coletividade"*; incumbindo ainda à coletividade em geral: *cooperar, junto com os órgãos e entidades competentes, na adoção de medidas que visem à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de seus membros*; e, por fim, incumbindo aos indivíduos, em particular: *cooperar com os órgãos e entidades competentes, adotar um estilo de vida compatível com os padrões higiênicos, observar os ensinamentos sobre educação em saúde, prestar as informações que lhes forem solicitadas pelos órgãos sanitários competentes, respeitar as recomendações sobre a conservação do meio ambiente e atender às legislações e normas vigentes*;

CONSIDERANDO as competências da AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS para a *"promoção e a garantia do cumprimento das exigências de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na prestação dos serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados, submetidos a sua regulação, controle e fiscalização"*, conforme Lei n. 5.793, de 03/01/2017;

CONSIDERANDO as competências da AGETRA - Agência Municipal de Transportes e Trânsito para *"planejar, coordenar, operar e fiscalizar o sistema viário do Município e o trânsito local, bem como os serviços municipais de transporte público municipal, concedidos ou permitidos"*; *"executar os serviços de transporte público municipal por administração direta ou através de terceiros"*; *"desenvolver ações educativas relacionadas com o transporte e o trânsito locais"*; *"estabelecer os padrões de qualidade dos sistemas de transporte, de trânsito e viário"*,

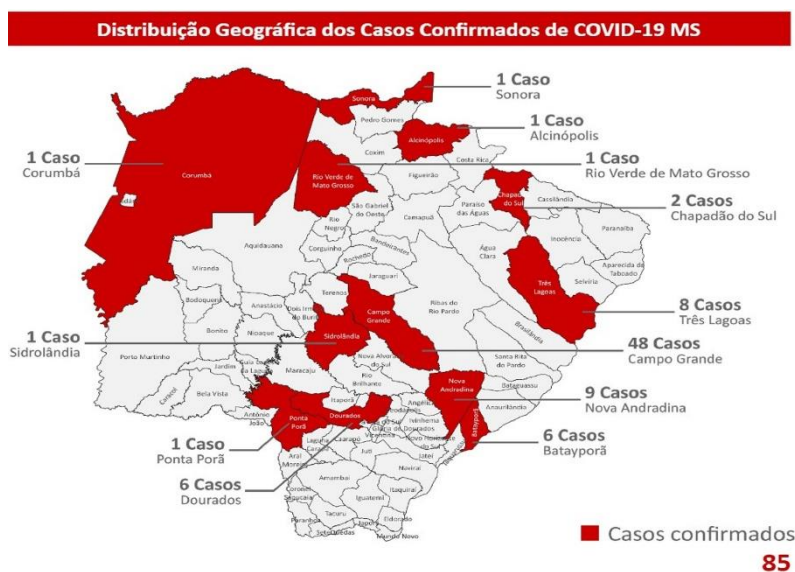
nos termos da Lei n. 3593 de 14/12/1998;

CONSIDERANDO que, na forma da Lei n. 5.793, de 03/01/2017, compete ainda à AGETTRAN "o controle e o acompanhamento da execução das ações que visam assegurar a prestação de serviços públicos concedidos de transporte, de forma adequada e em condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas"; "a coordenação, o controle e a supervisão das atividades de transportes concedidos e a formulação de estudos para criação e alteração de itinerários, horários e vistorias em veículos e fixação de preços e tarifas"; "a definição de diretrizes e elaboração de projetos relacionados à criação e extinção de serviços de transporte coletivo, a definição de prioridades e a proposição e efetivação de modificações na circulação viária e na gestão da inter-relação dos sistemas de transportes";

CONSIDERANDO que, também cabe à AGETTRAN "a gestão, a fiscalização e a vistoria das atividades externas e internas nos terminais de transbordo e das linhas de transporte coletivo urbano, no que diz respeito ao cumprimento de itinerários, horários, lotação, comodidade, segurança e outras condições exigidas para a prestação dos serviços", conforme Lei n. 5.793, de 03/01/2017;

CONSIDERANDO que, por meio do Decreto n. 14.207, de 20/03/2020, o Município havia suspenso temporariamente o serviço transporte coletivo urbano de passageiros de Campo Grande, pelo período de 15 dias, a contar de 21/03/2020, restringindo o uso desse meio de transporte apenas aos trabalhadores de serviços essenciais;

CONSIDERANDO os números crescentes de casos confirmados de COVID-19 em Mato Grosso do Sul (85 casos confirmados até 08/04/2020), sendo quase a totalidade desses casos nesta Capital (48 em Campo Grande), demonstrando a necessidade do efetivo cumprimento das medidas de isolamento implantada pelo curto período:



CONSIDERANDO que, apesar do avanço da contaminação retratada nesta Capital, o Município, por meio do DECRETO n. 14.231, de 03/04/2020, instituiu o "Plano de Diretrizes para o enfrentamento da COVID-19 nas Atividades Econômicas e Sociais na Cidade de Campo Grande – MS", autorizou o retorno do funcionamento gradativo das atividades comerciais, de forma que a circulação do transporte coletivo deverá atender também "aos trabalhadores de empresas que tenham recebido autorização para o funcionamento", além daquelas atividades/serviços essenciais ou de utilidade pública que não estavam suspensas;

CONSIDERANDO que, para isso, o Decreto n. 14.231/2020 estabeleceu "regras de biossegurança a serem observadas pelos empreendimentos, como medida de contenção da propagação da COVID-19", o qual, segundo consignado, tem como objetivo primordial "a preservação das vidas das pessoas, visando conciliar o isolamento social com as atividades econômicas desenvolvidas no Município de Campo Grande, respeitando a premissa de que a principal recomendação da Prefeitura Municipal de Campo Grande é priorizar o isolamento social, devendo as pessoas permanecerem em casa, saindo apenas para situações de extrema necessidade";

CONSIDERANDO de acordo com o Decreto n. 14.231, de 03.04./2020, *"as medidas de contenção ora adotadas servem para prevenir o avanço da pandemia, mantendo-se as recomendações de máximo distanciamento e isolamento social"* (art. 2º); devendo ainda as atividades atender ao disposto na Resolução SEMADUR n. 39, de 03/04/2020;

CONSIDERANDO que, por meio do DECRETO N. 14.232, DE 03 DE ABRIL DE 2020, o Município estabeleceu *"as medidas de contenção da propagação de contágio do covid-19 para as atividades e a prestação dos serviços relativos ao sistema municipal de mobilidade urbana"*, incumbindo à AGETTRAN a fiscalização do exercício dessa atividade/serviço;

CONSIDERANDO que, nesse Decreto, foi determinando que *"o exercício das atividades e a prestação dos serviços atinentes ao Sistema Municipal de Mobilidade Urbana deverá atender rigorosamente às medidas deste Decreto, adequando suas atividades, extraordinária e temporariamente, como medida de contenção da propagação de contágio da doença COVID-19"* (art. 1º); e o descumprimento *"acarretará a responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes infratores, podendo responder por crimes contra a saúde pública e contra administração pública em geral, tipificados nos artigos 268 e 330, ambos do Código Penal"*; *"sem embargo de outras previstas na Lei Complementar n. 148, de 23 de dezembro de 2009, que institui o Código Sanitário do Município de Campo Grande"*.

CONSIDERANDO que o DECRETO N. 14.232, de 03.04.2020 estabelece que *"o transporte coletivo deverá atender prioritariamente os prestadores de serviços elencados como essencial pelo poder público, ficando disponível também aos trabalhadores de empresas que tenham recebido autorização para o funcionamento, podendo ser observado e ajustado com o horário de entrada e saída dos trabalhadores, de maior fluxo, conforme cada segmento, visando evitar aglomerações em pontos de embarque e nos terminais de transbordo"*;

CONSIDERANDO que, para tanto, o Decreto n. 14.232/2020, em seu art. 6º, §§ 1º a 5º, elenca algumas medidas exigidas para o funcionamento do serviço, sem prejuízo das demais orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde para conter a Pandemia de COVID-19, quais sejam:

- Os veículos deverão circular com todas as janelas abertas;
- A higienização dos veículos deverá ser realizada com produtos sanitizantes ao término da operação diária;
- A concessionária deverá informar à AGETTRAN quanto ao geoposicionamento dos cartões, quando solicitado, para realização do controle remoto de acesso;
- Constatada a má utilização do cartão, será sancionada com a suspensão do cartão individual e impedimento de aquisição de novo cartão enquanto perdurar a crise;
- Os cartões do transporte coletivo para estudantes e idosos, permanecem bloqueados, conforme disposto pelo Decreto n. 14.201, de 19 de março de 2020, publicado na Edição Extra III do Diogrande n. 5.865, de quinta-feira, 19 de março de 2020.

CONSIDERANDO que, além dessas medidas, na RESOLUÇÃO SEMADUR N. 39, de 03/04/2020, a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA, ao estabelecer regras de biossegurança, delineou que os estabelecimentos cujas atividades foram autorizadas a funcionar pelo Decreto n. 14.231/2020 deverão ainda atender outras medidas de prevenção que devem ser observadas por seus empregados e colaboradores *"ao se dirigir para o ambiente de trabalho"*, quais sejam:

- o uso de máscaras é recomendado para uso de transporte coletivo de mobilidade urbana, preferencialmente de tecido ou TNT (tecido não tecido), mesmo para pessoas que não apresentem sintomas respiratórios;
- as pessoas que usarem máscaras devem seguir as boas práticas de uso, remoção e descarte, assim como higienizar adequadamente as mãos antes e após a remoção;
- devem também lembrar que o uso de máscaras deve ser sempre combinado com as outras medidas de proteção e higienização;
- evitar contato físico com outras pessoas, especialmente caso as mesmas apresentem sintomas como febre, tosse e outros, mantendo-se há uma distância mínima de 1,5m entre indivíduos;
- cobrir completamente a boca e o nariz com um lenço de papel ou usar o antebraço para cobrir a tosse ou o espirro;
- evitar o contato físico com superfícies em locais públicos;
- evitar tocar a boca e nariz com as mãos, esfregar os olhos, etc;
- higienizar as mãos com frequência (recomenda-se a utilização do álcool em gel 70% ou outros produtos alternativos), especialmente após contato físico em bens públicos como tocar no corrimão ou bancos.

CONSIDERANDO que, como vem sendo divulgado pelo Município de Campo Grande nos noticiários locais e no seu próprio site oficial<sup>1</sup>, associado àquelas medidas retrocitadas, também exige-se como condição para prevenir aglomeração de pessoas e manter o distanciamento recomendado entre indivíduos no transporte coletivo, "todos os usuários terão de viajar sentados", "mesmo nos terminais, o embarque será pela porta frente, passagem pela roleta, mas sem que haja o desconto de um crédito adicional do passe"; "as regras de biossegurança, previstas na resolução 39 da Secretaria Municipal Meio Ambiente e Gestão Urbana recomendam que os usuários utilizem máscaras, preferencialmente de tecido ou tnt (tecido não tecido), mesmo para pessoas que não apresentem sintomas respiratórios"; "devem seguir as boas práticas de uso, remoção e descarte, assim como higienizar adequadamente as mãos antes e após a remoção"; "o fluxo de passageiros nessas linhas será monitorado constantemente, determinando-se o aumento do número de ônibus, se necessário";

CONSIDERANDO entretanto que, conforme noticiado diariamente na mídia local e em denúncias recebidas nesta Promotoria de Justiça, desde o dia do retorno das atividades comerciais, a população tem enfrentado a lotação de transporte coletivo, aglomerações, redução da frota e das linhas de ônibus, submetidos, portanto, a elevado risco de contaminação pela COVID-19, e consequente propagação ainda mais acentuada da pandemia atualmente se enfrenta, conforme fotos extraídas de alguns noticiários:



CONSIDERANDO que, muito embora o Município tenha afirmado a possibilidade de retorno gradativo das atividades comerciais ao fundamento de que há *"regras de biossegurança a serem observadas pelos empreendimentos"* e *"medidas de contenção da propagação de contágio do COVID-19 para as atividades e a prestação dos serviços relativos ao sistema municipal de mobilidade urbana"*, é certo que, se não houver a devida fiscalização ostensiva e aplicação das sanções previstas para o descumprimento dessas normas de saúde pública impostas para o transporte público coletivo, a população está fadada a sofrer as drásticas consequências da previsível disseminação rápida dessa doença causada pelo novo coronavírus COVID19, haja vista ser altamente contagiosa;

<sup>1</sup> <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/prefeitura-amplia-frota-de-onibus-para-atender-reabertura-do-comercio-usuario-so-podera-viajar-sentado/>

CONSIDERANDO, *diante de todo o exposto e o grave risco à saúde pública decorrente da omissão dos responsáveis pela prestação do serviço de transporte coletivo municipal e dos responsáveis por sua fiscalização*, a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, resolve RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/SECRETÁRIO MUNICIPAL, à SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA/SECRETÁRIO MUNICIPAL, AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO (AGETTRAN) e ao CONSÓRCIO GUAICURUS a adoção das seguintes medidas:

I) À EMPRESA CONSÓRCIO GUAICURUS, dada a urgência e relevância das medidas recomendadas, *no prazo 24(vinte e quatro ) horas*:

1. Sejam cumpridas integralmente as disposições do Decreto Municipal n. 14.232, de 03/04/2020, do art. 15 do Decreto n. 14.195, de 18/03/2020 e da Resolução SEMADUR n. 39, de 03/04/2020, na parte em que dispõem sobre medidas de contenção da propagação de contágio do COVID-19 para as atividades e a prestação dos serviços relativos ao Transporte Coletivo Municipal;

2. Adote ainda todas as medidas necessárias para garantir o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e meio) entre os passageiros (dentro dos ônibus);

3. Adote todas as medidas necessárias para garantir que os ônibus circulem com lotação apenas de usuários sentados, de modo a impedir a aglomeração de pessoas em pé;

4. Efetue a sinalização horizontal (demarcação no chão) indicativa de espaço mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre cada pessoa nas filas e/ou local de espera para embarque, a fim de garantir a distância mínima recomendada pelas autoridades sanitárias para reduzir o risco de contaminação pelo novo coronavírus (nCov-19);

5. Adote todas as providências necessárias para coibir fila/aglomeração de usuários nos terminais, instituindo inclusive fiscalização para orientação dos usuários e alertas sonoros sobre a necessidade de manter a distância mínima recomendada

6. Seja reforçada a limpeza/higienização dos ônibus, em especial nos pontos de contato com as mãos dos usuários, logo após o seu recolhimento às garagens, antes de iniciar novas viagens e periodicamente ao longo do dia;

7. Seja reforçada a limpeza/higienização dos banheiros dos terminais com maior frequência, mantendo sempre à disposição dos usuários itens de higiene como sabonete líquido e papel toalha;

II. AO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, À SESAU, SEMADUR, AGEREG e AGETTRAN, cada qual na esfera de suas competências, dada a urgência e relevância das medidas recomendadas e considerando ainda o iminente feriado de sexta feira da paixão, *no prazo de 72 (setenta e duas ) horas*:

- Intensificar e manter a fiscalização integral do transporte coletivo público na cidade de Campo Grande, para garantir o cumprimento nas normas e orientações estabelecidas nos Decretos e Diretrizes Municipais, pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde com o propósito de conter o contágio do COVID-19, com especial atenção ao processo de fiscalização nos Terminais de Integração da cidade nos horários de maior movimento, com utilização de agentes e/ ou a Guarda Municipal, sem prejuízo de monitoramento do fluxo nos demais horários;

- Intensificar a fiscalização das atividades externas e internas nos terminais de transbordo e das linhas de transporte coletivo urbano, e adotar as medidas necessárias para adequar os itinerários para melhoria do fluxo de passageiros, visando evitar aglomerações com o propósito de conter o contágio do COVID-19;

- Realizem abordagem direta aos usuários/público, sempre que observar aglomeração e/ou o descumprimento da demarcada distância mínima de 1,5 m entre cada pessoa, nas filas ou local de embarque/desembarque nos Terminais, alertando-os das responsabilidades da *Coletividade em Geral (de cooperar, junto com os órgãos e entidades competentes, na adoção de medidas que visem à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de seus membros)*; e das responsabilidades dos *Indivíduos, em Particular (de cooperar com os órgãos e entidades competentes, adotar um estilo de vida compatível com os padrões higiênicos, observar os ensinamentos sobre educação em saúde, prestar as informações que lhes forem solicitadas pelos órgãos sanitários competentes, respeitar as recomendações sobre a conservação do meio ambiente e atender às legislações e normas vigentes)*, consoante dispõe o Código Sanitário Municipal (Lei Complementar n. 148, de 23/12/2009).

III. AO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, À SESAU, SEMADUR, AGEREG, AGETRAN e CONSÓRCIO GUAICURUS, dada a urgência e relevância das medidas recomendadas, *no prazo 10 (dez ) dias*:

1) ELABORAR E PUBLICAR UM PLANO COM *REGRAS DE BIOSSEGURANÇA ESPECIFICAMENTE PARA A ATIVIDADE E EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, COMO MEDIDA DE CONTENÇÃO DA PROPAGAÇÃO DA COVID-19, devendo conter regras claras de segurança, higienização, fiscalização e sanções aplicáveis, todas em consonância com o elevado grau de risco gerado à saúde pública pela atividade/serviço, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes medidas:*

. As responsabilidades e obrigações da empresa prestadora do serviço de transporte coletivo nesta Capital (CONSÓRCIO GUAICURUS) na implantação, execução e cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia de COVID-19, *no âmbito do serviço prestado*, haja vista a potencialidade do risco à saúde pública decorrente de possíveis aglomerações de usuários tanto no ambiente interno dos ônibus, como nos pontos e terminais de transbordo;

. Estabelecer formalmente o limite para transporte de usuários, sem exceder à capacidade de passageiros sentados, coibindo aglomeração em corredor, evitando o máximo de exposição ao contágio do COVID19;

. A empresa prestadora do serviço de transporte coletivo e os responsáveis pela administração dos terminais de embarque/desembarque deverão adotar medidas para garantir o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e meio) entre os passageiros (dentro dos ônibus);

. A empresa prestadora do serviço de transporte coletivo e os responsáveis pela administração dos terminais de embarque/desembarque deverão realizar sinalização horizontal (demarcação no chão) indicativa de espaço mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre cada pessoa nas filas e/ou local de espera para embarque, a fim de garantir a distância mínima recomendada pelas autoridades sanitárias para reduzir o risco de contaminação pelo novo coronavírus (nCov-19);

. A empresa prestadora do serviço de transporte coletivo e os responsáveis pela administração dos terminais de embarque/desembarque deverão adotar todas as providências necessárias para coibir fila/aglomeração de usuários nos terminais, instituindo inclusive fiscalização para orientação dos usuários e alertas sonoros sobre a necessidade de manter a distância mínima recomendada;

. Estabelecer regras para reforçar a limpeza/higienização dos ônibus, em especial nos pontos de contato com as mãos dos usuários, logo após o seu recolhimento às garagens, antes de iniciar novas viagens e periodicamente ao longo do dia;

. Estabelecer regras para que locais como balaústres, pega-mãos ou barras de apoio e outros, devem ter cuidado e reforçado a higienização, com água e sabão ou álcool 70%;

. Estabelecer regras para que seja intensificada a limpeza dos filtros do ar-condicionado dos veículos que possuem janelas travadas;

. Estabelecer regras para que seja realizada limpeza/higienização dos banheiros dos terminais com maior frequência e reposição de itens de higiene como sabonete líquido e papel toalha;

. A instalação obrigatória de lavatório em locais de circulação, de fácil acesso e visibilidade aos usuários, nos Terminais para viabilizar ao público a higienização das mãos, devendo estar sempre disponível sabonete líquido e papel toalha, bem como a limpeza/higienização rotineira do local;

. A empresa deve, ainda, fornecer, gratuitamente, e orientar os profissionais de transporte de passageiros a manter álcool-gel (70%, ou mais) em seus veículos;

. Estabelecer a política de autocuidado aos profissionais do transporte de passageiros e demais colaboradores/funcionários da empresa prestadora do serviço, para identificação de potenciais sinais e sintomas de contaminação pelo coronavírus, e as medidas a serem adotadas para essa hipótese;

. Estabelecer que sejam realizadas, nos terminais, orientações sobre uso, higienização, descarte e substituição de materiais de proteção e desinfecção, de forma clara e em local facilmente acessível, a fim de garantir aos usuários o acesso à informação clara e útil, imprescindível à contenção da pandemia.

2) DAR AMPLA PUBLICIDADE (pelos canais de imprensa local, redes sociais, portais oficiais da Administração Municipal, site da empresa prestadora de serviço etc.) DESSAS *REGRAS FORMAIS DE BIOSSEGURANÇA ESPECÍFICAS PARA A ATIVIDADE E EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, COMO MEDIDA DE CONTENÇÃO DA PROPAGAÇÃO DA COVID-19.*

IV) No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* aos destinatários, Município de Campo Grande/Prefeito Municipal, SESAU-Secretaria Municipal de Saúde, SEMADUR- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, AGEREG- Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos, AGETTRAN- Agência Municipal de transporte e trânsito e Consórcio Guaicurus, que no PRAZO DE 72( SETENTA E DUAS) HORAS respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas efetivamente realizadas pela Gestão Municipal, através do e-mail 32e76pjcampogrande@mpms.mp.br ;

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* aos destinatários, Município de Campo Grande/Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande (SESAU)/Secretário Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana/Secretário Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, AGETTRAN, AGEREG e Empresa Consórcio Guaicurus *que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação*;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e ao efetivo serviço de vigilância epidemiológica, que deverá ser norteado pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrente da inércia dos Recomendados.

Campo Grande, 09 de abril de 2020, 16h;50min.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN  
32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça

## DOURADOS

### EDITAL 0010/2020/10PJ/DOS -

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001441-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação de Saúde de Dourados - FUNSAUD

Assunto : Apurar eventual falta de segurança nos hospitais que atendem pelo SUS

Dourados, 13 de abril de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0015/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000454-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Prefeitura Municipal de Bela Vista MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos pagamentos de gratificações aos servidores públicos municipais de Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 13/04/2020.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000511-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Campo Alegre

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Campo Alegre em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 13/04/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0017/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000512-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Onça Parda

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 6,16 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Onça Parda em Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 13/04/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

---

**CASSILÂNDIA**

---

**RECOMENDAÇÃO N. 0001/2020/3 ZE/CLA**

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00000467-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotora de Justiça que a esta subscreve, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia – MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Federal nº 75/1993, que dispõe sobre o Promotor Eleitoral, o qual será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO que a Portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) decorrente Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), autorizado pelo Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 15.396, de 19 de março de 2020, do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), em atendimento à declaração pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO também o Decreto nº. 3.486, de 18 de março de 2020, do Poder Executivo do Município de Cassilândia, o qual declarou situação de emergência em saúde em âmbito municipal, dispondo sobre medidas temporárias de prevenção, enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo COVID-19 (coronavírus);

CONSIDERANDO que o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, proíbe que a administração pública faça, em ano de eleições, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, excetuados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

Município. Dívida ativa. Ano das eleições. Benefício fiscal. Conduta vedada. Caracterização. Decorre do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 que, no ano relativo ao pleito, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública. Ao administrador público somente é dado fazer o que é autorizado em lei, tendo em conta o princípio da legalidade estrita, enquanto o particular encontra obstáculo quando existente disciplina proibitiva. A interpretação teleológica do preceito revela a impossibilidade de a máquina administrativa ser manipulada com vistas a conquistar simpatizantes para determinada candidatura. De início, benefícios concernentes à dívida ativa do município não podem, ainda que previstos em lei, ser implementados no ano das eleições. O mesmo ocorre, no citado período, quanto à iniciativa de projeto de lei objetivando tal fim. Sendo assim, a norma do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 é obstáculo a ter-se, no ano das eleições, o implemento de benefício fiscal referente à dívida ativa do município, bem como o encaminhamento de projeto de lei à Câmara de Vereadores, no aludido período, objetivando a previsão normativa voltada a favorecer inadimplentes. Nesse entendimento, o Tribunal, por unanimidade, respondeu à consulta. (TSE, Consulta nº 1531-69/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, em 20.9.2011).

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de estado de emergência, a autorizar a exceção permissiva da concessão do benefício, devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que neste ano de 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os que já objeto de execução orçamentária desde pelo menos 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária em 2019 pressupõe previsão na respectiva LOA (lei do orçamento anual) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta última integra o orçamento anual desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Eleitoral o acompanhamento da execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 11, da Lei nº 9.504/97, veda, em ano de eleições, a execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, dentre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO, também, que o art. 73, IV, da mesma Lei nº 9.504/97, veda o uso promocional de programas sociais em favor de candidatos, partidos e coligações, alcançando neste caso também os programas criados em anos anteriores;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições - como os aqui indicados - e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa a antecipar-se ao cometimento do ilícito e a evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

Recomenda ao Sr. Prefeito Municipal e aos Srs. Secretários Municipais:

1) Que não distribuam e nem permitam a distribuição, a quem quer que seja, pessoas físicas ou jurídicas, de bens, valores ou benefícios durante todo o ano de 2020, como doação de gêneros alimentícios, materiais de construção, passagens rodoviárias, quitação de contas de fornecimento de água e/ou energia elétrica, doação ou concessão de direito real de uso de imóveis para instalação de empresas, isenção total ou parcial de tributos, dentre outros, salvo se se encontrarem diante de alguma das hipóteses de exceção previstas no mencionado art. 73, § 10, da Lei das Eleições: calamidade, emergência e continuidade de programa social;

2) Que, havendo necessidade de socorrer a população em situações de calamidade e emergência, o façam com prévia fixação de critérios objetivos (quantidade de pessoas a serem beneficiadas, renda familiar de referência para a concessão do benefício, condições pessoais ou familiares para a concessão, dentre outros) e estrita observância da impessoalidade, neste caso enviando à Promotoria Eleitoral informação quanto ao fato ensejador da calamidade ou emergência, aos bens, valores ou benefícios que se pretende distribuir, o período da distribuição e as pessoas ou faixas sociais beneficiárias;

3) Que, havendo programas sociais em continuidade no ano de 2020, verifiquem se eles foram instituídos em lei (ou outro ato normativo), se estão em execução orçamentária desde pelo menos 2019, ou seja, se eles integraram a LOA aprovada em 2018 e executada em 2019, neste caso não permitindo alterações e incrementos substanciais que possam ser entendidos como um novo programa social ou como incremento eleitoral;

4) Que suspendam o repasse de recursos materiais, financeiros ou humanos a entidades nominalmente vinculadas a candidatos, ou pré-candidatos, ou por eles mantidas, que executem programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios;

5) Que não permitam a continuidade de programas sociais da administração municipal que proporcionem, mesmo que dissimuladamente, a promoção de filiados, pré-candidatos e candidatos às eleições de 2020, valendo-se, por exemplo, da afirmação de que o programa social é sua iniciativa, ou que sua continuidade depende do resultado da eleição, ou da entrega, junto ao benefício distribuído, de material de campanha ou de partido;

6) Que não permitam o uso dos programas sociais mantidos pela administração municipal para a promoção de candidatos, partidos e coligações, cuidando de orientar os servidores públicos incumbidos da sua execução quanto à vedação de qualquer propaganda ou enaltecimento de candidato, pré-candidato ou partido.

Recomenda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que não dê prosseguimento e não coloque em votação no Plenário, no presente ano de 2020, projetos de lei que permitam a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios a pessoas físicas ou jurídicas, ante a vedação da Lei nº 9.504/1997.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das mencionadas vedações sujeita o infrator, agente público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (R\$ 5.320,50 [cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos] a R\$ 106.410,00 [cento e seis mil, quatrocentos e dez reais]) e à cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado (art. 73, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.504/97), além da inelegibilidade decorrente do abuso de poder ou da conduta vedada (art.

1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90).

Solicita, para efeito do acompanhamento a que se refere o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, informarem à Promotoria Eleitoral, em cinco dias:

1) Os programas sociais mantidos em 2020, inclusive os que resultam de parceria financeira com os governos estadual e federal, neste caso informando:

- 1.1. Nome do programa;
- 1.2. Data da sua criação;
- 1.3 Instrumento normativo de sua criação;
- 1.4. Público alvo do programa;
- 1.5. Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- 1.6. Por ano, quantas pessoas ou famílias vem sendo beneficiadas, desde a sua criação;
- 1.7. Rubrica orçamentária que sustenta o programa nos anos de 2019 e 2020.

2) Os programas sociais que estão sendo executados por entidades não governamentais com recursos públicos, informando:

- 2.1. Nome e endereço da entidade;
- 2.2 Nome do programa;
- 2.3. Data a partir da qual o Município passou a destinar recursos para a entidade;
- 2.4. Rubrica orçamentária que sustenta a destinação de recursos à entidade nos anos de 2019 e 2020;
- 2.5. Valor anualmente destinado à entidade, desde o início da parceria;
- 2.6. Público alvo do programa;
- 2.7. Número de pessoas/famílias beneficiadas pela entidade, anualmente, desde o início da parceria;
- 2.8. Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- 2.9. Declaração de existência, ou não, de agente político ou pré-candidato vinculado nominalmente ou mantenedor da entidade.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à defesa do regime democrático e à lisura do pleito de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia da RECOMENDAÇÃO ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) Eleitoral da 3ª Zona Eleitoral e à Procuradoria Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, por meio de endereço eletrônico, para conhecimento.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Decorrido o prazo de cinco dias, sem que as autoridades apresentem as informações solicitadas na presente RECOMENDAÇÃO, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Procedimento Preparatório Eleitoral e fazer a conclusão.

Quanto à comunicação ao Centro de Apoio Operacional respectivo, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), será realizada automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP

Cassilândia, 14/04/2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO  
Promotora de Justiça

**PORTARIA Nº 0001/2020/3 ZE/CLA**

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 06.2020.00000467-0

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ELEITORAL

Requerente MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Requerido A apurar

Assunto *Fiscalizar a legalidade eleitoral das medidas adotadas por gestores públicos voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio desta Promotoria da 3ª Zona Eleitoral – Cassilândia/MS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 58 e seguintes da Portaria PGR/PGE n. 01/2019, artigo 2º da Portaria PGR/MPF nº 692, de 19 de agosto de 2016 e, ainda,

CONSIDERANDO que o art. 73, § 10, da Lei das Eleições (Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997), proíbe que a administração pública faça, em ano de eleições, distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, excetuados casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de estado de emergência, a autorizar a exceção permissiva de concessão de benefício, devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que em 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os já objeto de execução orçamentária desde pelo menos 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária de 2019 pressupõe previsão na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta integra o orçamento anual, desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Eleitoral acompanhar a execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 11, da Lei 9.504/1997 veda, em ano de eleições, execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, entre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO que o art. 73, IV, da Lei 9.504/1997 proíbe uso promocional de programas sociais em favor de candidatos, partidos e coligações, alcançando também os programas criados em anos anteriores;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura das eleições, deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos da disputa eleitoral e para evitar que se produzam resultados eleitorais legítimos;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL - PPE, objetivando fiscalizar a legalidade eleitoral das medidas adotadas por gestores públicos voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, com a coleta de informações, depoimentos, certidões e outras diligências para posterior ajuizamento de ação cabível ou arquivamento do procedimento, na forma da lei.

Para secretariar os trabalhos a serem desenvolvidos nestes autos, conforme artigo 14, inciso VII, da Resolução n. 15/2007-PGJ/MS, e artigo 4º, inciso V, da Resolução 23/2007-CNMP, designo o técnico II desta Promotoria de Justiça, a quem determino a adoção das seguintes providências:

- 1) Registre-se e autue-se o presente procedimento no sistema SAJ/MP;
- 2) Encaminhe-se cópia da presente portaria para publicação no DOMP, conforme previsto no art. 27, inciso VI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, no § 2º do art. 30 da Resolução nº 015/2007-PGJ/MS, bem como no artigo 5º, §1º, da Portaria PGR/MPF nº 692, de 19 de agosto de 2016;

3) Expeça-se ofício ao Excelentíssimo Procurador Regional Eleitoral em Mato Grosso do Sul encaminhando, por *e-mail*, cópia desta Portaria;

4) À assessoria para minuta de recomendação, nos termos das Notas Técnicas n. 01/2020 e 02/2020;

5) Após, voltem conclusos para ulteriores deliberações.

CUMPRA-SE.

Cassilândia/MS, 14 de abril de 2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO  
Promotora de Justiça Eleitoral

#### CHAPADÃO DO SUL

#### RECOMENDAÇÃO Nº 001/2020/2ªPJCS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001201-5  
DIREITOS CONSTITUCIONAIS DO CIDADÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2020/2ªPJCS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº 7.347/85 e na Lei nº 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO tramitar nesta 2ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001201-5, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações e medidas de contenção adotadas por Chapadão do Sul e Paraíso das Águas para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV);

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que, no dia 30/01/2020, foi Declarada a situação de EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde, em virtude do surto do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, o Ministério da Saúde declarou a situação de EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), sinalizando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, bem como exige resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas da gestão do SUS;

CONSIDERANDO que o número de casos do COVID-19 está aumentando constantemente no mundo, visto se tratar de vírus altamente contagioso, constituindo um grave problema de saúde pública mundial, razão pela qual, no dia 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde classificou como uma “PANDEMIA” a infecção ocasionada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), cobrando uma ação dos governos compatível com a extrema gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO que, face a gravidade da situação atual instalada no país, foi reconhecida a ocorrência do “estado de calamidade pública”, por meio do Decreto Legislativo n. 06, publicado no Diário Oficial da União de 20/03/2020;

CONSIDERANDO que o Município de Chapadão do Sul declarou situação de emergência, implicitamente, por meio do Decreto nº 3.251, e reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública por meio do Decreto nº 3.263, de 1º.04.2020, em razão da pandemia COVID-19;

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados oficiais divulgados hoje (06.04), o novo coronavírus já causou 553 mortes no Brasil e ao menos 12.056 pessoas foram infectadas pelo vírus Sars-Cov-2, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que em 80% dos casos o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada, estando a taxa de mortalidade em 4,6% no território brasileiro;

CONSIDERANDO que, pelos dados oficiais divulgados hoje (04.06) pelo Ministério da Saúde, foram registrados 926 novos casos de Covid-19 nas últimas 24 horas, o que representa um aumento de 8% em relação ao dia anterior;

CONSIDERANDO que foram confirmados dois casos positivos de COVID-19 em Chapadão do Sul, havendo mais outras pessoas do mesmo núcleo familiar com suspeita da doença, situação que reclama a adoção de providências mais enérgicas e técnicas para conter o contágio comunitário;

CONSIDERANDO que “*Cada pessoa infectada, mesmo que assintomática, transmite o vírus para duas ou três pessoas. Se as pessoas não pararem de circular há um grande risco de ela transmitir a doença para uma pessoa mais suscetíveis e que pode desenvolver formas graves da doença*”, conforme declarou a infectologista Denise Cotrim, do Centro Saúde-Escola Germano Sinval Faria da Fiocruz, em reportagem veiculada no dia 19/03/<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO a criação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional, cuja gestão está sob responsabilidade da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), nos termos da Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) está previsto no Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, como modelo a ser replicado nos Planos de Contingência dos Estados e Municípios, levando em conta que, dentre os níveis de resposta, já

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/o-que-e-distanciamento-social-e-por-que-isso-e-importante>>.

nos encontramos na emergência em saúde pública, devendo atuar nas fases de contenção e mitigação, o que exige fortalecimento da atenção primária ao paciente em nível local;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 02/SES/MS, de 30 de janeiro de 2020, instituiu, no âmbito estadual, o Centro de Operações de Emergência referente ao novo Coronavírus (nCoV), de caráter emergencial, para auxiliar na definição de diretrizes estaduais para vigilância, prevenção e controle, bem como o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Saúde Pública e instituições envolvidas;

CONSIDERANDO a necessidade de um trabalho conjunto, intersetorial, constituído por diversas áreas do conhecimento com objetivo de construir respostas coordenadas e articuladas para o enfrentamento da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) no município de Chapadão do Sul,

Resolve RECOMENDAR ao Exmo. Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Sr. JOÃO CARLOS KRUG, *sem prejuízo de outras medidas*, a adoção das seguintes providências, de cumprimento o mais imediato possível:

1) seja constituído formalmente o Plano Municipal de Contingência para o enfrentamento da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) no município de Chapadão do Sul, determinando-se prioridade na conclusão dos trabalhos de elaboração já em andamento;

2) seja constituído formalmente Comitê Municipal de Enfrentamento e Prevenção à COVID-19, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, tendo por objetivo monitorar, estabelecer e divulgar ações de enfrentamento e prevenção à transmissão do Coronavírus, com autonomia deliberativa, a fim de garantir planejamentos executivos de forma interinstitucional, o qual deverá contar com a presença, *obrigatoriamente*, do Prefeito Municipal; Secretário Municipal de Governo; representante jurídico do Município; Secretária Municipal de Saúde; Chefe da Vigilância Epidemiológica do Município; Chefe da Vigilância Sanitária; Coordenador da Atenção Básica; Coordenador da Atenção Hospitalar; bem como do Ministério Público Estadual; podendo ser convidados a dele participar outros profissionais da saúde especialistas, a título de colaboração técnica, como também autoridades das Forças Policiais, representante da Subseção local da OAB, Defensoria Pública, representante da Associação Comercial e do Sindicato Rural, sem prejuízo de outras entidades que V.Exa. entender adequadas para assegurar debate plural;

3) Sejam as reuniões do Comitê Municipal de Enfrentamento e Prevenção à COVID-19 realizadas sempre previamente à tomada de decisão de pautas ligadas ao enfrentamento da pandemia no âmbito do município, devendo, sempre que possível, o ato ocorrer por videoconferência, em plataforma online, em horário divulgado previamente aos interessados, de modo a evitar desnecessária aglomeração de pessoas.

Outrossim, o MPE requisita ao DESTINATÁRIO queE, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento, manifeste-se, por escrito, via e-mail (2pjchapadaodosul@mpms.mp.br), sobre o acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia; bem como requisita ao DESTINATÁRIO, com fulcro no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93, a divulgação na imprensa oficial desta Recomendação, autorizando que se publique na forma de extrato apenas o comando recomendatório, utilizando-se os meios adequados.

Ainda, o MPE adverte o destinatário de que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar a propositura de medidas judiciais nas esferas cível, criminal e administrativa.

Determino, por fim, a remessa de cópia desta, via e-mail, para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MPMS (DOMP), bem como ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral de Justiça e ao Núcleo de Cidadania, para conhecimento.

Chapadão do Sul-MS, 06 de abril de 2020.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA  
Promotora de Justiça

---

**MUNDO NOVO**

---

**EDITAL N.º 0003/2020/01PJ/MUV**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 06.2019.00001323-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2019.00001323-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Gildo Amaral, Paulo Lourenço da Silva Neto.

Assunto: Apurar irregularidades/ilegalidades na Câmara de Vereadores de Mundo Novo, nas gestões dos Presidentes Gildo Amaral e Paulo Lourenço da Silva Neto (2017-2018 e 2019-2020), em especial no que tange ao suposto pagamento irregular (acima do previsto em lei) de servidores, supostos altos gastos na manutenção de aparelhos condicionadores de ar, no ano de 2017, e suposta promoção pessoal ilegal do Presidente Paulo Lourenço..

Mundo Novo/MS, 13 de abril de 2020.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL N.º 0001/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000476-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Wagner Lima de Souza teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL N.º 0002/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000474-8

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Wagner Lima de Souza teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0003/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000477-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Cleonice Martins da Silva teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0004/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000478-1

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Tenório Muniz de Araújo teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000479-2

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que José Gabriel dos Santos teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000480-4

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que José Aparecido dos Santos teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000482-6

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Jose Renato dos Santos Silva teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000483-7

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Otávio de Jesus Barbosa teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000485-9

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Michel Marassi Nogueira teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000486-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Nerma dos Santos Silva teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000487-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Wagner Pereira da Silva teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000489-2

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Fabiana Alves Leme da Mota teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0013/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000491-5

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Édio Rodrigo Deocleciano de Camargo teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 08 de abril de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0001/2020/2 ZE/NVR**

A Promotoria de Justiça Eleitoral de Naviraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Eleitoral que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00000473-7/PJ Eleitoral

Requerente: Ministério Público Estadual - Promotoria Eleitoral da 2ª ZE

Requerido: Município de Naviraí MS

Assunto: acompanhar o cumprimento da Recomendação 001/2020/2ZE/NVR

Naviraí, 13 de abril de 2020.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça Eleitoral

---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL Nº 0014/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de PP - Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000208-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Paranaíba

Assunto: Apurar ocorrência de possível irregularidade ambiental na rodovia BR 158, KM13, na "entrada do parque aquático", em razão da ausência de recolhimento dos resíduos sólidos depositados em caçambas existentes no local.

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00000849-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ildefonso Figueira Dantas Junior

Assunto: Acompanhar o TAC firmado no IC nº 06.2018.00001160-1 - Estância Nelomax.

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00000852-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ademar Paulino da Silva

Assunto: Acompanhar o TAC firmado no IC nº 06.2018.00000982-8 - Sítio Vitória Régia..

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0017/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000075-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Fiscalizado: Associação de Pais e Amigos Excepcionais Paranaíba - APAE.

Assunto: Acompanhar e registrar as visitas realizadas à Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE, de Paranaíba/MS, durante o ano de 2020.

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0018/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000080-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Fiscalizado: Abrigo Municipal Pamela Silva

Assunto: Acompanhar e registrar as visitas realizadas à Casa de Acolhimento Institucional - Abrigo Municipal Pamela Silva, de Paranaíba/MS, durante o ano de 2020.

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0019/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000078-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Fiscalizando: Asilo Santo Agostinho - Obra Social Nossa Senhora Santana

Assunto: Acompanhar e registrar as visitas realizadas ao Lar de Idosos - Asilo Santo Agostinho, de Paranaíba/MS, durante o ano de 2020..

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001071-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Acompanhar o desenvolvimento de ações e políticas públicas pela Prefeitura Municipal, em relação à prevenção e controle de proliferação da dengue no Município de Paranaíba/MS.

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

---

**RIBAS DO RIO PARDO**

---

**EDITAL Nº 0015/2020/01PJ/RRP**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000448-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Contrate Vistoria LTDA-ME

Assunto: apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa decorrentes da utilização das dependências da agência do DETRAN/MS nesta cidade por empresa privada de vistoria veicular.

Ribas do Rio Pardo, 08 de abril de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2020/01PJ/RRP**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001160-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Geraldo Mateus Campos Reis

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir/danificar floresta considerada de preservação permanente provocado na propriedade rural denominada Fazenda Imbirussu.

Ribas do Rio Pardo, 13 de abril de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2020.00001429-0.**

EDITAL Nº 0016/2020/PJ/DPS.

COMPROMITENTE: Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

COMPROMISSÁRIO: Câmara Municipal de Deodápolis/MS.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS publica Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e a Câmara Municipal de Deodápolis/MS, em 14/02/2020, tendo por objeto a regularização, sistematização e implantação de metodologia do controle de comparecimento dos Vereadores do Município de Deodápolis/MS nas sessões legislativas realizadas na Câmara Municipal, o qual está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Cep. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 13 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0015/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2020.00001429-0.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00001429-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta de nº 0001/2020/PJ/DPS, celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000457-7.

Deodápolis/MS, 13 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.